

**E por falar em inclusão....**

Zilda de Oliveira\*  
Cecília de Campos França\*\*

**Resumo:** Este artigo teve como objetivo tecer reflexões acerca do discurso de inclusão tão em evidência em nosso tempo. Para nos auxiliar nesse percurso, escolhemos autores como Marx (1971), Harvey (2008), Lyra Filho (1982), Sawaia (1999), França (2005), Saramago (2015), Amartya Sen (2011), Oliveira (et. al. 2005), Foucault (1989), Freire (1987), Pellanda (2001), Silva (2009; 2015), Sousa e Menezes (2009), Santos (2009), Cavallari (2010). Trouxemos discussão sobre a organização do mundo contemporâneo ocidental capitalista, questões como a produção social e cultural de identidade e diferença, o Outro como ameaça para identidades constituídas, discursos como relações de poder. É importante tratar de inclusão como pedagogia da diferença se, de fato, quisermos contribuir na construção de consciência crítica, no contexto educacional. Concluimos que, até o momento, o discurso de inclusão educacional tem se mantido como falacioso, uma vez que não existem condições que possibilitem sua realização.

**Palavras chave:** Inclusão, Discurso, Identidade, Poder.

Speaking of inclusion

**Abstract:** This article aims to weave reflections on the inclusion discourse so evident in our time. To assist us in this path chosen authors as Marx (1971), Harvey (2008), Lyra Filho (1982), Sawaia (1999), França (2005), Saramago (2015), Amartya Sen (2011), Oliveira (et al. 2005), Foucault (1989), Freire (1987), Pellanda (2001), Silva (2009; 2015), Sousa e Menezes (2009), Santos (2009), Cavallari (2010). Brought discussion on the organization of capitalist western contemporary world issues such as social and cultural production of identity and difference, the Other as a threat to established identities, discourses as power relationship. It is important to treat inclusion as a pedagogy of difference if, in fact, we want to contribute to the construction of critical awareness in the educational context. We conclude that so far the discourse of educational inclusion has been an fallacious, since there are no conditions that will enable their achievement.

**Key words:** Inclusion, Discourse, Identity, Power.

---

\* Profa. licenciada em Matemática pela UFMT e mestre em Educação pela parceria entre Brasil EUA – Florida University USA. Atua na rede pública de ensino na cidade de Campos de Júlio. Contato: [zildeti@hotmail.com](mailto:zildeti@hotmail.com)

\*\* Profa. graduada em Psicologia, Pedagogia, mestre e doutora em Educação pela PUC/SP. Pós doutorado em Educação na Unicamp e profa. adjunta na Unemat. Contato: [ceciliaf@unemat.br](mailto:ceciliaf@unemat.br)

**Ser Diferente**

*Ninguém escolhe como e quando nasce.  
Nascer é ter vida.  
É poder sorrir, brincar, passear, aprender e amar.  
Não poder ter tudo isto  
Acaba por nos abafar.  
Todos nós somos diferentes.  
Todos nós somos iguais.  
Todos nós somos únicos e ninguém negue isto jamais!  
[...]Sónia Ribeiro*

A epígrafe acima traduz o que pensamos a respeito da diversidade humana que constitui as sociedades. Ora, a inclusão passa a ser pensada e ser objetivo social e educacional depois que se constata que a sociedade em que vivemos, sob a hegemonia da lógica neoliberal, capitalista/mercantilista, tem o poder de excluir muito mais do que incluir.

Importante é esclarecer o leitor de alguns conceitos que utilizamos em nossas reflexões, para que possamos delinear de que referencial partimos e quais os contextos e significados dão sentido a cada um deles. Para a teoria marxiana, há duas forças propulsoras na sociedade capitalista, que são: a força de trabalho humano e os meios de produção, que juntas compõem o que Marx (1971) denomina de forças produtivas. Estas últimas se apoiam em relações de produção, tanto sob o ponto de vista social, como o da técnica empregada nessas atividades. Na sociedade capitalista, essas relações sociais são assimétricas, pressupostamente, entre os que detém os meios de produção e os trabalhadores. Assim, o autor em questão demonstra que existem duas classes sociais antagônicas em conflito de interesses inegociáveis, pois os donos do meio de produção lucram em cima da exploração dos trabalhadores que, por sua vez, reivindicam melhores condições de vida, salários mais dignos, o que implicaria na diminuição dos lucros dos primeiros. Marx (1971) diz ainda que é essa luta de classes conflitantes e as contradições implícitas nesta ordenação que movimenta as sociedades e a história.

O neoliberalismo para Harvey (2008) é:

[...] “uma teoria das práticas políticas e econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir por exemplo, a qualidade e a integralidade do dinheiro. Deve

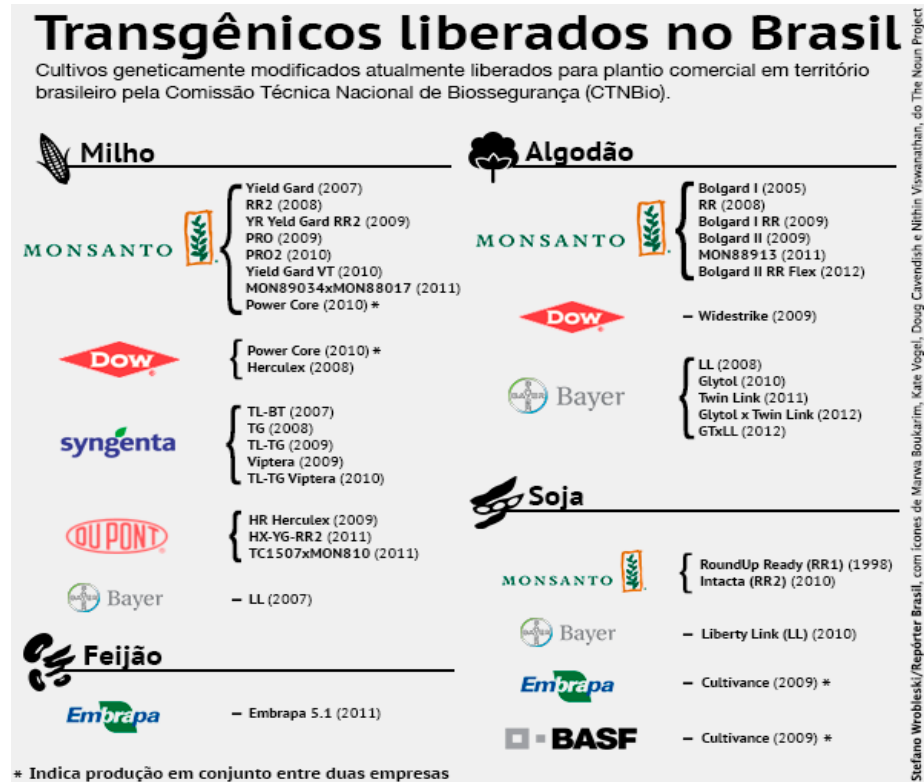
também estabelecer as estruturas e funções de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário, pela força, o funcionamento dos mercados” (HARVEY, 2008, p.11).

Nos locais em que não houver mercados, cabe ao Estado criá-los, mas tão somente para entregá-los à exploração por empresas ou corporações privadas, pois o seu papel de Estado nestas questões é mínimo, sob o argumento de que não tem competência para gerir estes empreendimentos (HARVEY, 2008).

Por mercado podem-se entender as oportunidades de gerar dinheiro. E assim sendo, envolve a terra, o alimento, a água, a educação, saúde, segurança, energia, mineração, instituições financeiras, medicamentos, formação médica – que garanta a prescrição em larga escala de remédios produzidos por corporações –, agrotóxicos (químicos agrícolas ou, como recentemente batizados, defensivos agrícolas) utilizados nas plantações de monocultura, o controle de sementes transgênicas e classificadas como produto de propriedade intelectual.

No caso do âmbito agrícola, qualquer movimento em defesa da semente crioula ou original, sem quaisquer modificações, sofrem pesados boicotes desde “a contaminação deliberada das lavouras convencionais como a distribuição de sementes ilegais” (THUSWOSHI, 2013, s/p), sendo criminalizado qualquer movimento que faça concorrência a isto, pois ameaçariam este *modus operandi*. Esse monopólio é composto por seis empresas transnacionais que controlam o mercado global de transgênicos e “impõem homogeneidade na dieta com poucos produtos” (THUSWOSHI, 2013, s/p). Essa seleção de produtos se dá de acordo com seus interesses de lucratividade. Este conjunto de corporações é denominado de *Gene Giants* (Gigantes da Genética) e “controla 59,8% do mercado mundial de sementes comerciais e 76,1% do mercado de agroquímicos, além de ser responsável por 76% de todo o investimento privado no setor”. São elas a saber: Monsanto (Estados Unidos), Syngenta (Suíça), Dupont (EUA), Basf (Alemanha), Bayer (Alemanha) e Dow (EUA). (THUSWOSHI, 2013, s/p).

A seguir, trazemos informações sobre empresas e transgênicos liberados no Brasil pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio):



Fonte: Repórter Brasil<sup>1</sup>

Dentro dessa lógica neoliberal, portanto, o que precisa ser preservado a qualquer custo é o capital, a lucratividade. Isso se mantém intocado, mesmo quando as ações apresentam perigo iminente para a saúde, para a vida dos seres humanos e meio ambiente.

Essa teoria e suas ações políticas, econômicas e sociais foram implantadas por vários países após o fim da Guerra Fria entre EUA e União Soviética, “nem sempre por livre e espontânea vontade, mas por pressão coerciva, ajustando ao menos algumas práticas e políticas de acordo com seus termos”, somente em determinados países (HARVEY, 2008, p. 11-12).

A lógica neoliberal, com seus valores e *modus operandi*, perpassa a educação, os meios de comunicação, o sistema bancário, administração pública, corporações multinacionais, empresas, Tesouro Nacional, Banco Central, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC), que regulam as finanças e o comércio global. E assim sendo, o

<sup>1</sup> Link para a página: <https://transgenicos.reporterbrasil.org.br/infograficos/index.html>.  
Tabela completa do CTNBio: <http://ctnbio.mctic.gov.br/documents/566529/1684467/Tabela+de+Plantas+Aprovadas+para+Comercialização/e3087f9c-c719-476e-a9bd-bfe75def842f?version=1.8>

neoliberalismo se tornou uma modalidade de discurso hegemônico que afetou “tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo” (HARVEY, 2008, p.12).

Os efeitos nefastos dessa lógica são facilmente percebidos pelo empobrecimento crescente das populações, adoecimento, miserabilidade das populações pelo mundo, pela destruição do meio ambiente, epistemicídio, por relações de submetimento, ditatoriais e violentas, individualismo e pela enorme desigualdade na distribuição das riquezas, o que vem gerando, de maneira contínua e mais ostensiva, o acúmulo de capital nas mãos de poucos. Para os outros milhões de pessoas que vivem pelo mundo resta servidão, dor e sofrimento em diversas dimensões (FRANÇA, 2005).

No Brasil, assim como em outros países, há leis que contrastam com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Essa situação foi reconhecida pelo ex-ministro Xavier de Albuquerque, quando buscou encaminhar uma jurisprudência que situasse esta Declaração acima de qualquer desvio da lei, como é esperado e acordado em outros países. Ernst Block, filósofo alemão, afirma que “a dignidade é impossível, sem a libertação econômica”, no entanto, “a libertação econômica é impossível também, se desaparece a causa dos Direitos Humanos<sup>2</sup>. Essa articulação não nasce automaticamente de uma mesma ação, “mas reciprocamente se reportam uma a outra”. Não há verdadeiro estabelecimento dos Direitos Humanos, sem o fim da exploração; não há fim verdadeiro da exploração, sem o estabelecimento dos Direitos Humanos”. Daí a importância da revisão crítica da legislação (BLOCK *apud* LYRA FILHO, 1982, p. 5).

Quem são os excluídos e quem são os incluídos, na sociedade brasileira? O sociólogo brasileiro Jessé de Sousa (2017) responde essa questão em sua obra intitulada *Ralé Brasileira*. Para o autor, são as pessoas que sobrevivem de um trabalho não somente precarizado, mas que impede que elas possam se desenvolver, pois seu tempo e sua energia são cooptados para servir aos seus empregadores. Essa é a condição, por exemplo, das empregadas domésticas, faxineiras de condomínios, garis, as prostitutas pobres, pedreiros, ajudantes em

---

<sup>2</sup> No texto original de Block aparece aqui a palavra “Homem”. A troca vocabular foi feita por entendermos que esta forma traduz melhor a ideia proposta.

geral, dentre outros. Muitos são os autores que discutem essas temáticas, porém, aqui neste texto, utilizaremos a perspectiva teórica de resposta à pergunta proposta de Souza (2009) e de Sawaia (1999), que conceitua exclusão/inclusão como um binômio indissociável. Diz-nos a autora sobre exclusão:

[...] ...é processo complexo e multifacetado. Uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o ser humano<sup>3</sup> por inteiro e suas relações com os outros. [...] (SAWAIA, 1999, p.9).

Nessa citação de Sawaia, fica evidenciada a complexidade do conceito de exclusão e que a inclusão só faz sentido em um contexto que se reconhece como excludente. Portanto, a inclusão desempenha parte constitutiva do processo social de exclusão, pois envolve os seres humanos integralmente.

Constituímo-nos como pessoas através das relações que estabelecemos ao longo de nossas vidas. Essas se configuram numa trama complexa de elementos tais como: país de nascimento, língua materna, posição sócio-econômica-cultural, condição física e mental, gênero, crenças e (des)valores, família à qual pertencemos, atividade que realizamos, modelo de sociedade em que estamos inseridos, condições de vida, dentre outros (FRANÇA, 2005).

No Brasil, o que ainda, formalmente, está em vigor é o “Estado Democrático de Direito” (ENCICLOPEDIA JURÍDICA DA PUC SP, TOMO I, p.3-4), que como situação jurídica, ou sistema público estatal, pressupõe que todas as pessoas tenham garantidos seus direitos fundamentais e que os Direitos Humanos sejam estabelecidos e garantidos no âmbito jurídico, inclusive. A Constituição Federal de 1988, em seu Tomo II, trouxe os Direitos e Garantias Fundamentais, subdivididos em 5 capítulos. Dentre eles, encontramos em seus diversos artigos garantias à: vida, igualdade, dignidade, segurança, honra, liberdade, propriedade, educação, saúde, trabalho, previdência social, lazer, proteção à maternidade, à infância, assistência aos desamparados e ao exercício de cidadania. Os Direitos Humanos têm função em duas dimensões. A primeira é como um ideal a ser atingido e a segunda é de “assegurar um campo legítimo

---

<sup>3</sup> No texto original da autora está a expressão “homem”, mas entendemos mais adequado nos referirmos a “ser humano”, pois esse é o sentido dado por Sawaia.

para a democracia”. E essas garantias devem ser reconhecidas, tanto no âmbito do ordenamento jurídico nacional como internacional, assim como positivadas (SILVA, 2009, p.1-2). Como podemos observar, o Estado brasileiro tem empunhado políticas que descumprem recorrentemente o que está previsto na Constituição Federal de 1988, bem como diversos outros princípios e direitos aqui expostos, que são negados a milhões de pessoas.

Nesse contexto e processo é que se dá a constituição de sujeitos sociais. Como os seres humanos se constroem em condições específicas, apropriam-se de elementos e valores oferecidos na sociedade em que se inserem e estabelecem relações no âmbito social, é possível perceber que o contexto brasileiro tem sido precário e ineficiente para garantir direitos fundamentais a todos (FRANÇA, 2005).

Na impossibilidade de se pensar ser humano sem mundo e mundo sem ser humano, pois esses são indissociáveis (OLIVEIRA, et. al., 2005), necessário se faz compreender como está organizada a sociedade brasileira, seus valores, as relações sociais pressupostas e as que se realizam de fato, bem como suas contradições para que possamos ter ideia de quais são nossas possibilidades e limites frente às transformações que se fazem urgentes.

Tendo em vista a indissociabilidade entre exclusão/inclusão, uma questão que levantamos e que nos parece pertinente seria a busca da origem de tamanha exclusão nas sociedades capitalistas. E por nos mobilizarmos para alcançar essa compreensão, sentimos a necessidade de estudar Jessé de Souza (2009) e a dinâmica mercantil nas sociedades do capital. Como nossa trajetória profissional se faz na educação, tratamos de, nessas reflexões, articular a dinâmica social e educacional.

### **Breves reflexões sobre a sociedade capitalista e a educação como seu alicerce**

Para que possamos compreender as colocações a seguir, trazemos o conceito de justiça que baliza estas reflexões. Embora saibamos da complexidade que envolve esse conceito, estamos cientes também da importância de se ter, ainda que provisoriamente, uma ideia mais sistematizada do sentido de justiça.

Portanto, aqui, justiça diz respeito a dar a cada um de acordo com sua necessidade (LYRA FILHO, 1982)

Injustiça sempre existiu em todos os tempos. No entanto, a maneira contemporânea de discriminação e exclusão de indivíduos e grupos acontece de diferentes formas. A escola, como instituição educacional, deve posicionar-se criticamente em relação a isso, trabalhando incansavelmente na desconstrução de preconceitos e discriminação, com vista a superar relações assimétricas, visando à construção de relações equitativas (FRANÇA, 2005).

Trazemos, a seguir, uma história relatada por Saramago (2015) na cerimônia do Fórum Social Mundial em 2002, pois ela cumpre o papel de evidenciar que, nesses tempos em que vivemos, a Justiça também tem estado agonizante e, muitas vezes, morta.

No século XVI, em uma aldeia de Florença, ouviu-se tocarem os sinos de forma melancólica, como se fazia em finados. Isso era surpreendente, pois não se sabia de nenhuma pessoa que estivesse em vias de falecimento. Saíram mulheres, crianças, homens deixaram o trabalho e, em pouco tempo, todos estavam reunidos em frente e ao redor da igreja, à espera de se ter a informação de quem havia morrido e a quem deveriam chorar. Quando o sino se calou, instantes depois a porta da igreja se abriu e um camponês saía de lá. Não sendo o homem que se encarregava de tocar o sino, como de costume, perguntaram-no onde estava o sineiro e quem era o morto. E o camponês respondeu: “O sineiro não está aqui, eu é quem toquei o sino”. As pessoas tornaram a perguntar: “Mas então não morreu ninguém? E o camponês respondeu: “Ninguém que tivesse nome e figura de gente, toquei a finados pela Justiça porque a Justiça está morta” (SARAMAGO, 2015, p.1).

O fato que na história relatada por Saramago desencadeou a ação do camponês, dizia respeito ao roubo de terras que um ganancioso senhor do lugar cometia, pois mudava as marcações dos limites entre suas terras e a do camponês, obviamente com prejuízo desse último. Cansado de protestar e reclamar, se pôs a implorar compaixão ao senhor, que continuava a proceder de maneira criminosa, sem que o camponês tivesse qualquer acolhida ou proteção de seus direitos da justiça. E assim, a espoliação continuou. Por isso, ele decidiu fazer um gesto que pudesse mostrar sua exaltada indignação, na esperança de comover os demais para que dessem continuidade a essa manifestação, até que a Justiça fosse



ressuscitada. Mas o que aconteceu depois, Saramago (2015, p.1) anuncia que não teve notícia. Mas ao final do texto, afirma que hoje existem outros e diferentes sinos que não só defendem, mas afirmam que há possibilidade de implantação da “justiça companheira dos seres humanos<sup>4</sup>, daquela justiça que é condição da felicidade do espírito e até, por mais surpreendente que possa parecer-nos, condição do próprio alimento do corpo”. Essa é a luta dos movimentos sociais. Se houvesse essa justiça no mundo, ninguém mais morreria de fome ou de doenças, que para uns têm cura e para outros selam seus destinos e o término de suas vidas. E nas palavras do autor:

Houvesse essa justiça, e a existência não seria, para mais da metade da humanidade, a condenação terrível que objectivamente tem sido. Esses sinos novos, cuja resistência e acção social se pugnam pelo estabelecimento de uma nova justiça distributiva e comutativa que todos os seres humanos possam chegar a reconhecer como intrinsecamente sua, uma justiça protetora da liberdade e do direito, não de nenhuma das suas negações (SARAMAGO, 2015, p.2).

E assim, ficam caracterizadas, mesmo que brevemente, as mazelas tão antigas a que a humanidade está submetida pela ganância de uns poucos, porém poderosos. Vale lembrar que Amartya Sen (2011) põe em relevo que todos sabemos que injustiças sempre houve, mas o que indigna é ver e experimentar injustiças que percebemos que com um pouco de vontade poderiam deixar de sê-las.

Pellanda (2001) discute que a violência é estrutural do modo de produção capitalista, pois esse naturaliza as desigualdades sociais como um dado, uma fatalidade, e insiste em dizer que contra isso nada se pode fazer. As relações que se estabelecem no contexto social são permeadas por autoritarismo, utilitarismo, submetimento, exploração, violência, exclusão e discriminação. Toda e qualquer manifestação de reivindicação de direitos é fortemente reprimida, pois representa uma ameaça para a ordem vigente. Os movimentos sociais são criminalizados, os manifestantes são denominados de vândalos, bandidos, os critérios de avaliação das ações das pessoas são subvertidos e não mantêm qualquer relação com princípios éticos.

---

<sup>4</sup> Aqui também a palavra “homem” foi substituída do texto original de Saramago.

Os discursos ideológicos que defendem a ordem mercantil são insistentemente repetidos em muitas instâncias e instituições sociais. A mídia desempenha um papel fundamental na veiculação de ideias, valores e comportamentos que precisam ser preservados. As pessoas fazem hoje o que no passado faziam, mas precisavam ser chicoteadas, ameaçadas para fazer. Hoje, vemos que as dificuldades para se construir consciência crítica é muito maior do que antes, pois as pessoas estão iludidas sobre sua suposta condição de ser livre. Somos controlados por mecanismos cada vez mais sutis. O auto impedimento é construído de forma contínua (PELLANDA, 2001).

O discurso da autoajuda contribui muito para a manutenção dessa ordem de coisas, pois, ao se voltar toda a responsabilidade para os indivíduos, contribui para ocultar os impedimentos que são colocados na lógica capitalista e na ordenação social, mascarando-os e imputando-os única e exclusivamente como responsabilidade das pessoas.

A educação conta com inúmeras avaliações, sob o argumento de que isso é necessário para se ter um diagnóstico da situação. O interessante é que há anos temos avaliações para a educação, em todos os níveis da escolaridade formal, e nossos índices só se revelam insuficientes e mostram uma precarização educacional crescente. Uma pergunta que socializamos aqui: se as avaliações fossem de fato utilizadas como informações para a melhoria educacional do país, a educação em todos os seus níveis não estaria oferecendo resultados mais significativos em termos qualitativos? Por que instituições financeiras internacionais controlam e dão as diretrizes educacionais no Brasil e em outros países, considerados em “desenvolvimento”? Há um jogo de interesses que perpassa também a educação, assim como os demais setores da sociedade (FRANÇA, 2005).

É fundamental entender que, dentro desse jogo de poder, os defensores do neoliberalismo buscam cooptar expressões e conceitos, a fim de ocultar suas reais intenções e interesses. Isto é necessário, pois se revelassem o que pretendem de forma clara, é provável que o ser humano, por mais iletrado que fosse, não aceitaria ocupar a posição daquele que mais faz, que mais produz e o que menos recebe, tirando-lhe a dignidade em sua existência. Um desses conceitos que foram ressignificados foi o de “desenvolvimento”. No discurso neoliberal, países em desenvolvimento são justamente aqueles que ocupam a posição de explorados

e que se localizam à margem dos considerados “desenvolvidos”. No entanto, o estudo da história nos desvela que os hoje denominados países “desenvolvidos” foram e são aqueles que tiraram dos demais o que precisavam para seu “desenvolvimento e prosperidade”, via de regra pela colonização, utilizando a força, o saque e crimes diversos. O neoliberalismo é a filosofia que dá sustentação ao modo de produção capitalista no mundo contemporâneo (FRANÇA, 2005).

Outra expressão recentemente ressignificada, em decorrência das pessoas estarem se esclarecendo sobre seu caráter nocivo, foi a do agrotóxico. Quando o discurso hegemônico entendeu que este termo já estava carregado de sentidos negativos, e que esses venenos eram nocivos à vida, mudaram sua forma de se referir aos agrotóxicos, hoje denominados de defensivos agrícolas. Outro emblemático conceito é o de progresso. Quando utilizado na teoria liberal ou neoliberal, diz respeito ao progresso da ordem capitalista, a intensificação e disseminação de ideias, valores e ações que trazem benefícios a poucos (D’AVILA et. al. 2016; GRIGORI, 2019; AMBIENTE BRASIL, 2019). Mas, como palavra solta, traz equivocadamente a ideia de melhoria na qualidade de vida das pessoas. Com esses exemplos, entendemos ter sido suficiente nossa atenção quanto ao significado de cada expressão ou conceito na articulação do corpo teórico em que está assentado. Ninguém se opõe ao conceito de desenvolvimento, quando este significa condição de vida digna a todos. A linguagem, a comunicação e o discurso são elementos importantes e garantidor da manutenção dessa ordem neoliberal (FRANÇA, 2005).

A educação é uma importante instituição social, e como tal, pode cumprir duas agendas contrastantes, dependendo dos interesses que a mobilizam e orientam. A primeira é oferecer um processo educacional, socializador, que garanta a manutenção da lógica mercantil. A segunda, de caráter revolucionário, busca construir uma sociedade solidária, ética, reivindicadora, humanizada, sensível para a ideia do “nós”, ao invés de reproduzir a ideia do eu individualista, egoísta, centrado em si mesmo e em contínua busca por poder, privilégios e *status*. Este “eu” a que nos referimos é o mesmo de Descartes.

A educação popular pensada e realizada em vários movimentos populares, tem em vista um projeto social solidário, que cultiva valores diferenciados e duradouros como forma de escancarar a vulnerabilidade e fragilidade do povo em uma sociedade que valoriza o efêmero, a posição social privilegiada, a

popularidade, a condição social, o mérito, dentre outras coisas, em detrimento de relações equitativas, do diálogo autêntico, dignidade na existência, convivência amorosa, troca de saberes, respeito, autonomia conforme nos ensinou Freire (1987). Ainda com Freire, lembramos que *todo saber vale um saber*. Já o epistemicídio realizado nessa sociedade, conforme estudado por Boaventura de Sousa Santos (2009; s/p), reifica somente o saber da ciência que se propõe a produzir tecnologia vendável e útil para a proliferação das ideias que subsidiam a lógica neoliberal, que traduz a lógica da morte, das catástrofes, das misérias e das epidemias.

A escola para todos tem se mantido como utopia em nossos tempos e sociedades ocidentais para os países colonizados. Precisa urgentemente contar com investimentos em todos os sentidos. A escola pública é condição e possibilidade da construção da democracia<sup>5</sup>, tão citada e pouco compreendida. O que vemos nas últimas notícias de jornais *online* e impresso são muitas contradições. Discursos como o *slogan* de Pátria Educadora para o Brasil junto à repressão de professores e alunos que se colocaram contra o fechamento de escolas públicas, como aconteceu em São Paulo no dia 09 de outubro de 2015, disponível em vários endereços eletrônicos<sup>6</sup>. Ou a repressão feita contra os professores do Paraná, que estavam em protesto contra o sucateamento da educação e saque da Previdência Social do estado, com fins de cobrir o rombo realizado pelo governador aos cofres públicos<sup>7</sup>. E mais recentemente, expressões como “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos”; “Nosso objetivo é acabar com a corrupção deste país”, vinda a todo momento nos discursos do atual governo federal. A própria expressão tão cara a este governo brasileiro, empossado em 2019 – “Cidadão de bem” – foi lema do movimento americano conhecido como

---

<sup>5</sup> Para saber mais sobre o conceito de Democracia sugerimos a leitura da obra *O que é Democracia?*, de Denis Rosenfield. Editora Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 2003.

<sup>6</sup> Jornal Globo. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/alunos-de-escolas-estaduais-fazem-ato-contrareestruturacao-de-ensino.html>

Carta Capital. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/educacao/estudantes-marcham-contrareorganizacao-escolar-em-sp-1616.html>

Visão Oeste. Disponível em: <http://www.visaooeste.com.br/alunos-e-professores-vaio-as-ruas-contrao-fechamento-de-escolas/>

<sup>7</sup> Carta capital. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/apos-150-feridos-governo-do-parana-culpa-manifestantes-1271.html>

Brasil. El País. Disponível em:

[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/29/politica/1430337175\\_476628.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/29/politica/1430337175_476628.html)

Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/05/1623811-repressao-a-protesto-aumenta-isolamento-de-richa-no-parana.shtml>

Ku Klux Klan e de caráter reacionário, fascista e defensor da supremacia branca. E tantos outros fatos poderiam ser citados.

Em 1990, com a Declaração de Educação Para Todos e a Política de Educação Especial em 1994, visava-se atender as necessidades dos até então excluídos do sistema formal do ensino na rede pública. Dessa forma, o discurso proferido pelo governo da época e por agentes educacionais, “tende a reforçar e a assegurar a aplicação de práticas inclusivas, o que, imaginariamente, possibilitaria um processo de ensino/aprendizagem justo (CAVALLARI, 2010, p. 668).

Pressupostamente, a prática e política discursivas evocam conceitos que, se forem pensados dicotomicamente (exclusão x inclusão), conceitos esses já naturalizados no contexto social e educacional, produzem no discurso de educação inclusiva o silenciamento da diferença, uma vez que, a inclusão passa a significar *normalizar ou tornar o outro meu semelhante* (CAVALLARI, 2010, p. 668).

Silva (2015, p.1-2) em seu texto intitulado *A Produção Social da Identidade e da Diferença*, discute que “a diferença só faz sentido se compreendida em sua relação com as afirmações sobre a identidade”. Ora, o próprio conceito de diferente requer que se tenha uma comparação entre duas pessoas, duas realidades, dois contextos, duas culturas e assim sucessivamente. Portanto, *diferença e identidade*, como conceitos, nos revelam que só existem em relação. Como criações linguísticas, o autor afirma que são produzidas nos âmbitos social e cultural e que precisam ser ativamente produzidas. Salienta também que a linguagem vacila e que “identidade e a diferença não podem ser compreendidas fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido”. Outra questão que Silva põe em relevo é sobre a estrutura indeterminada e instável da linguagem, entendida como um sistema de significação. Sendo assim, a identidade e a diferença são marcadas pela indeterminação e instabilidade da linguagem da qual dependem.

A identidade e a diferença são produções simbólicas e discursivas e, como tais, dão forma a relações sociais específicas. Portanto, a definição discursiva e linguística de ambas está sujeita a um jogo de força e a relações de poder. “A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir” (SILVA, 2015, p.3-8). Portanto, “afirmar a

identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora” (SILVA, 2015, p. 3-8). Esse processo de determinar quem fica dentro ou fora (re)afirma relações de poder. Sendo assim, “Nós” e “Eles” não são simplesmente pronomes ou distinção gramatical, mas sinalizadores evidentes de posições de sujeito marcadas pelas relações de poder em um sistema classificatório e hierarquizado. A classificação orientada pela lógica binária, típica das sociedades ocidentais, expressa que, além da divisão em classes diferentes, essas são assimétricas em valor, algumas serão vistas como positivas e outras como negativas. As relações de diferença e identidade ordenam-se em torno de classificações e trazem consequências materiais, políticas e econômicas favoráveis ou desfavoráveis aos diferentes grupos sociais. Como podemos traduzir isso pedagogicamente? O Outro cultural é sempre um problema, pois coloca nossa identidade em xeque. A identidade, a diferença e o outro são uma questão pedagógica e curricular (SILVA, 2015, p. 3-8). Nas palavras de Silva (2015, p. 8):

É um problema social porque, em um mundo heterogêneo, o encontro com o outro, com o estranho, com o diferente, é inevitável. É um problema pedagógico e curricular não apenas porque as crianças e os jovens, em uma sociedade atravessada pela diferença, forçosamente interagem com o outro no próprio espaço da escola, mas também porque a questão do outro e da diferença não pode deixar de ser matéria de preocupação pedagógica e curricular. Mesmo quando explicitamente ignorado e reprimido, a volta do outro, do diferente, é inevitável, explodindo em conflitos, confrontos, hostilidades e até mesmo violência. O reprimido tende a voltar - reforçado e multiplicado. E o problema é que esse "outro", numa sociedade em que a identidade se torna, cada vez mais, difusa e descentrada, expressa-se por meio de muitas dimensões. O outro é o outro gênero, o outro é a cor diferente, o outro é a outra sexualidade, o outro é a outra raça, o outro é a outra nacionalidade, o outro é o corpo diferente.

Silva (2015) faz a proposição de que seja pensada e edificada uma pedagogia da diferença em que se proponha a discussão e problematização das relações sociais constituídas e das identidades, a fim de que se possa entender a identidade e a diferença como um processo produzido socialmente envolvido por relações de poder<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Quando falamos em poder, este conceito está perpassado por uma articulação entre duas dimensões: a macro e a microfísica. Na esfera macro, a teoria marxiana define o poder

O discurso da inclusão social é falacioso e oculta a atual exclusão. Alunos são colocados nas escolas e lá são excluídos por falta de condições de atendimento especializado. A inclusão educacional só poderá se realizar nesse contexto brasileiro, de forma efetiva, quando a educação passar a ser, de fato, prioridade pública, jamais mercadoria. Quando houver a valorização da carreira docente, investimento do Estado na formação continuada de professores em serviço, que os capacite a acolher a diversidade na escola, e que se multipliquem as instituições públicas, bibliotecas municipais, o acesso a livros e materiais educativos, ou seja, que sejam ofertadas pelo poder público todas as condições necessárias para que as escolas deste país possam cumprir, de forma decente, objetivos educacionais de construção de conhecimentos, acesso à cultura, espaço democrático, de diálogo, politização de professores, alunos e comunidade. Materializando os ideais de cidadania plena no âmbito de toda a sociedade brasileira.

### **Considerações Finais**

A sociedade capitalista e sua filosofia neoliberal inverteram os valores e colocaram o ser humano à margem de suas prioridades e do processo de distribuição de riqueza. No entanto, o capital ocupa o centro de interesse e mobiliza o poder do “Estado para garantir a qualidade e a integralidade do dinheiro”. E para isso o Estado, via as instituições sociais de poder, exerce as funções de defesa, policiamento e jurídicas para garantir direitos de propriedade individuais e usar a sua força para assegurar a liberdade dos mercados e os lucros deste advindos (HARVEY, 2013).

Pensar um Brasil Popular é ter um projeto que acolha a todos de forma digna. É considerar como princípios basilares: *Vida boa para todos*. Uma vida que vale a pena ser vivida. *Bens comuns e públicos*: água, terra, alimento, meio ambiente, cultura, tecnologia, linguagem, conhecimentos tradicionais,

---

concentrado no Estado ou contemporaneamente no sistema financeiro internacional e nas grandes corporações que possuem monopólio de quase a totalidade do que o ser humano precisa para sobreviver. Na esfera da microfísica é Foucault (1989) quem nos enriquece com o resgate do poder das pessoas e das relações que estabelecem no cotidiano da vida, tanto para a manutenção da ordem capitalista/mercantil como para a superação desta lógica e seus valores, como para a transformação radical (na origem, na base) do estabelecimento de prioridades. E assim fazendo, passamos a priorizar a vida, a felicidade, a solidariedade e a prosperidade para todos com uma divisão equitativa das riquezas produzidas.

científicos, patrimônio histórico e a comunidade. E como bens, seus valores serão avaliados “pelos benefícios que produzem ao coletivo e sua preservação não deve estar condicionada ao retorno financeiro, mas sim ao compromisso de uso comum em longo prazo” (PROJETO BRASIL POPULAR, 2020). *Igualdade e Diversidade; Democracia, Participação Popular e Autonomia; Soberania Nacional; Desenvolvimento*. No entanto, esse desenvolvimento está comprometido em oferecer condições cada vez melhores de vida para a população em todas as suas dimensões.

Temos de superar os posicionamentos que se querem neutros, apartidários, sem ideologias, pois estes são mais uma prova de ignorância coletiva. Precisamos nos instruir e construir conhecimentos coletivos, e para isso ser possível, temos de nos abrir ao diálogo autêntico que nos ensinou Freire. Precisamos reconhecer que sabemos algumas coisas, mas isso não nos autoriza a falar de qualquer coisa, principalmente aquelas em que não temos vivência, estudo, não nos envolvemos e, sequer temos ideia do que seja e quais são suas camadas mais profundas. E aí entram os Outros para nos auxiliarem nessa construção.

A educação inclusiva, de fato, deve ter o compromisso com uma sociedade que acolha a todos, tal como apresentado no Projeto Brasil Popular. Muito temos que reivindicar, trabalhar, dialogar e nos organizar para mobilizar as pessoas em prol da escola pública, de qualidade e para todos, e para materializar uma sociedade brasileira, que de fato, possa ser um Estado Democrático de Direito.

## REFERÊNCIAS

AMBIENTE BRASIL. **Anvisa Aprova Mudança na Classificação de agrotóxicos.** 24/07/2019. Disponível em: <https://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2019/07/24/153082-anvisa-aprova-mudanca-na-classificacao-de-agrotoxicos.html> Acesso em dezembro de 2019.

CAVALLARI, Juliana Santana. **O equívoco no discurso da inclusão: o funcionamento do conceito de diferença no depoimento de agentes educacionais.** Revista RBLA. Belo Horizonte, v.10, n. 3, pp. 667-680, 2010.

D’AVILA, Alfonso Augusto (et al). **Agrotóxicos ou Defensivos Agrícolas: Estudo Bibliométrico na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações.** II Simpósio Internacional de Inovação em Cadeias Produtivas do Agronegócio. Universidade



Caxias do Sul, RS. Realizado no período de 26 e 27 de agosto de 2016. Disponível em:

<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/IIsimposioinovacaoagronegocio/simposioinovacaoagronegocioucs/paper/viewFile/4653/1480> Acesso em junho de 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1989.

FRANÇA, Cecília de Campos. **Políticas de Identidade e Estratégias Identitárias**: reflexões sobre a dinâmica de relações exclusão/inclusão no contexto escolar. Tese. São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. – 17ª. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GRIGORI, Pedro. **Agrotóxico, Veneno, Defensivo?** Entenda a disputa do nome destes produtos agrícolas. Repórter Brasil, 24/01/2019. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/01/agrotoxico-veneno-defensivo-entenda-a-disputa-pelo-nome-desses-produtos-agricolas/> Acesso em março de 2019.

HARVEY, David. **Para entender o Capital**. vol.1. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**. História e Implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008. pp.11-48.

LYRA FILHO, Roberto. **O que é Direito**. 11ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção capitalista. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

OLIVEIRA, Admardo Serafim de (et al). **Introdução ao Pensamento Filosófico**. 8ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

PELLANDA, Nize Maria Campos. À Guisa de Introdução: Reflexões sobre Neoliberalismo e Subjetividade. In: Mc LAREN, Peter. **A Pedagogia da Utopia**: Conferências na UNISC. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001, pp. 7 - 28.

PROJETO BRASIL POPULAR. Website. Disponível em: <http://www.frentebrasilepopul.org.br/conteudo/organizacoes-participantes/> Acesso em dezembro de 2019.

SARAMAGO, José. **Este Mundo de Injustiça Globalizada**. Ciberfil Literatura Digital. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ph000302.pdf> Acesso em outubro de 2015, p.1-4.

SAWAIA, Bader. Introdução: Exclusão ou Inclusão perversa? In: SAWAIA, Bader (org.). **As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999, p.7-13.

SEN, Amartya. **A Ideia de Justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu (org). A produção Social da Identidade e da Diferença. s/d. Disponível em: <http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF/A%20produ%C3%A7%C3%A3o%20social%20da%20identidade%20e%20da%20diferen%C3%A7a%20-%20Tomaz%20Tadeu%20da%20Silva.pdf> Acesso em setembro de 2015.

SANTOS Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra, Portugal: Editora Almedina, 2009.

SOUSA, Jessé. **Ralé Brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

THUSWOSHI, Maurício. Grupo de Seis Empresas Controla Mercado Global de Transgênicos. **Jornal Repórter Brasil**. Online. Edição de 12 nov.2013. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2013/11/grupo-de-seis-empresas-controla-mercado-global-de-transgenicos-2/> Acesso em mar. 2016.